

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Controle Processual

Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - SEMAD/SUPRAM LESTE-DRCP

Governador Valadares, 22 de novembro de 2022.

Unidade Gestora: Supram LM

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) QUE COIMBRA EXTRAÇÃO DE ROCHA EIRELI FIRMA PERANTE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD), NESTE ATO REPRESENTADA PELO SUPERINTENDENTE REGIONAL DE MEIO AMBIENTE LESTE MINEIRO PARA ADEQUAÇÃO DE EMPREENDIMENTO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.**

Pelo presente instrumento, Coimbra Extração de Rocha Eireli, qualificada conforme o Anexo Único deste Termo - Id. XXXX, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, firma o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC perante o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, mediante delegação contida na Resolução Semad 3.043/2021 à Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro, com endereço na Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais - Prédio Minas, 1º e 2º andar, à Rodovia João Paulo II, 4143, Bairro Serra Verde, CEP 31630-900, Belo Horizonte /MG, neste ato representada pelo Superintendente, qualificado conforme Anexo Único deste termo - Id. XXXX, doravante denominado COMPROMITENTE, nos termos do § 1º do art. 32 e § 3º do art. 108 do Decreto Estadual 47.383, de 2 de março de 2018, tendo em vista os fundamentos fáticos abaixo listados e observadas as cláusulas e condições seguintes:

**Considerando** que, conforme o previsto no *caput* do art. 225 da Constituição Federal de 1988, “*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*”, o qual é definido pelo inciso I do art. 3º da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, como “*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*”;

**Considerando** que o § 9º do art. 16 da Lei Estadual 7.772, de 8 de setembro de 1980, prevê que aquele que estiver exercendo as atividades sem licença ambiental ou autorização ambiental competente terá as suas atividades suspensas até que obtenha licença ambiental ou autorização devida ou firme termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental, com as condições e prazos para funcionamento do empreendimento até a sua regularização;

**Considerando** que o § 11 do art. 106 da Lei Estadual 20.922, de 16 de outubro de 2013, prevê que aquele que estiver exercendo atividade em desconformidade com as regras nela previstas, além poderá ter suas atividades suspensas, assim prevalecendo até que o infrator obtenha a autorização devida ou firme termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental, com as condições e prazos para funcionamento do empreendimento até a sua regularização;

**Considerando** o § 1º do art. 32 do Decreto Estadual 47.383, de 2 de março de 2018, que prevê a possibilidade de continuidade de operação da atividade ou do empreendimento por meio da assinatura de TAC junto ao Órgão Ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento;

**Considerando** que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em julgamento dos Embargos Declaratórios interpostos da decisão que julgou procedente a ADI 1.0000.20.589108-8/000, reconheceu a “*possibilidade de celebração de TAC, desde que respeitados os princípios da precaução e da prevenção, observando-se as balizas das Notas Técnicas emitidas pelos órgãos ambientais do Poder Executivo Estadual*” [sic];

**Considerando** as orientações institucionais contidas no expediente SEI 1080.01.0084903/2020-54, relacionadas ao cumprimento da decisão proferida no âmbito da ADI 1.0000.20.589108-8/000, especialmente as Notas Técnicas Asger 02/2021 (Id. 29618304), Suram 03/2021 (Id. 29618297), Suram 04/2021 (Id. 30386863, 30386839, 30386868, 30386849, 30386880, 30386887), Danor 21/2021 (Id. 29618377) e Nunop 05/2021 (Id. 30282771);

**Considerando** que a COMPROMISSÁRIA solicitou, na data de 19/09/2022, oportunidade para firmar Termo de Ajustamento de Conduta, conforme protocolo 53319715;

**Considerando** que o empreendimento identificado pelo processo ANM 832.100/2006 envolve as atividades de (i) Extração de rocha para produção de britas, com produção bruta de 2000.000t/ano (código A-02-09-7); (ii) Unidade de tratamento de Minerais-UTM, com tratamento a seco, com capacidade instalada de 750.000 (código A-05-01-0); e (iii) Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, capacidade de armazenagem de 30m³(código F-06-01-7), listadas no anexo único, da DN Copam 217/2017;

**Considerando** que o empreendimento, identificado pelo processo ANM 832.100/2006 é objeto de regularização ambiental no âmbito do Processo Administrativo nº 3321/2022 (SLA), de licenciamento ambiental em caráter corretivo, formalizado na data de 05/09/2022, e dos processos de

outorga do direito de uso de águas de domínio do estado 17398/2022 e 17397/2022, formalizados no dia 25/04/2022; e

**Considerando** que o expediente foi analisado pela equipe técnica da Supram/LM com o fim de aferir o atendimento dos requisitos definidos pelo TJMG para incidência da parte final do § 9º do art. 16 da Lei Estadual 7.772, de 8 de setembro de 1980, a qual emitiu a Nota Técnica nº 19/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA/2022 (Id. 55573958), indicando as condições mínimas para assinatura de um novo Termo de Ajustamento de Conduta, no sentido de subsidiar a minuta e decisão da autoridade competente quanto à conveniência e oportunidade de fazê-lo.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, de acordo com as seguintes disposições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DE COMPROMISSO**

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e prazos para adequação do empreendimento, situado na zona rural do Município de Teófilo Otoni /MG, à legislação ambiental, incluídas a execução do controle de suas fontes de poluição e a reparação dos danos eventualmente causados, para continuidade de sua operação, conforme CLÁUSULA SEGUNDA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O objeto deste TAC compreende: (i) Extração de rocha para produção de britas, com produção bruta de 2000.000t/ano (código A-02-09-7); (ii) Unidade de tratamento de Minerais-UTM, com tratamento a seco, com capacidade instalada de 750.000 (código A-05-01-0); e (iii) Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, capacidade de armazenagem de 30m³(código F-06-01-7), listadas no anexo único, da DN Copam 217/2017. O empreendimento foi enquadrado em Classe 3, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O presente instrumento não antecipa ou afasta a necessidade de obtenção de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, marcadamente, licença ambiental, autorização para intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos, que, porventura, façam-se exigíveis, e que deverão ser tratadas exclusivamente no âmbito do procedimento administrativo cabível e autorizadas por decisão do órgão competente.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELA COMPROMISSÁRIA**

Pelo presente termo, a COMPROMISSÁRIA se obriga a cumprir as condições e medidas abaixo descritas, observando rigorosamente seus respectivos prazos.

1. Realizar **mensalmente** inspeção no sistema de drenagem pluvial da área de lavra e das vias de acesso internas, bem como promover as manutenções e as adequações periódicas necessárias para o bom funcionamento do sistema. **Apresentar semestralmente nos meses de maio e novembro** relatório técnico e fotográfico (fotos datadas) a Supram Leste Mineiro, das ações executadas.

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

2. **Apresentar semestralmente nos meses de maio e novembro** a SUPRAM LM relatório técnico-fotográfico (fotos datadas) comprovando a implantação, a manutenção e adensamento do cortinamento arbóreo no entorno do empreendimento. Nesse sentido, o empreendedor deverá apresentar projeto técnico com ART contemplando a metodologia de plantio e insumos que serão utilizados, além de cronograma de execução (com plantio das mudas a partir de novembro/2022) **em até 60 dias a contar da assinatura do TAC.**

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

3. Apresentar Certificado de Registro vigente junto ao Exército Brasileiro que ampara a o armazenamento e utilização de explosivos, ou comprovar a desativação do depósito e do uso desses materiais.

**Prazo: Em até 30 dias, contados da assinatura do TAC.**

Obs. 1: Havendo desativação, o empreendedor deverá apresentar o certificado de registro em até 5 dias corridos após sua obtenção junto ao Exército Brasileiro.

Obs. 2: A condição se repete sempre que o prazo de validade do certificado se expirar, passando o prazo para cinco dias para cumprimento do comando contido no item.

4. Apresentar protocolo do Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar – PMQAR junto à FEAM/GESAR, nos termos dos IS SISEMA n. 05/2019.

**Prazo: 180 dias após a assinatura do TAC.**

5. Realizar monitoramento de qualidade do ar, se necessário, conforme estipulado pela FEAM/GESAR na conclusão da análise do PMQAR previsto nos IS SISEMA n. 05/2019.

**Prazo: Conforme estipulado pela FEAM/GESAR.**

6. Não realizar quaisquer intervenções ambientais descritas no artigo 3º do Decreto Estadual n. 47.749/2019, bem como em recursos hídricos descritos no artigo 2º do Decreto Estadual n. 47.705/2019 sem a devida regularização ambiental.

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

7. Atender às informações solicitadas pela Supram LM no prazo estabelecido, inclusive aqueles referentes ao processo de regularização ambiental.

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

8. Não realizar intervenções em recursos hídricos sem o devido documento autorizativo do órgão ambiental competente.

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

9. Não ampliar ou implantar novas atividades sem o prévio licenciamento do órgão ambiental.

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

10. Não realizar atividade passível de autuação por descumprimento da legislação ambiental e/ou florestal e de recursos hídricos, na vigência do presente termo. O descumprimento desta condição será atestado caso aplicada definitivamente a penalidade.

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

11. Não realizar nenhum tipo de intervenção ou atividade na área de influência de cavidades passível de causar alterações negativas em sua condição original, não autorizadas ou licenciadas pelo Poder Público. Caso não tenha sido delimitada esta área, respeitar o entorno de 250 m em forma de polígono convexa da projeção horizontal de cada cavidade.

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

12. Executar o automonitoramento do empreendimento conforme descrito a seguir.

**Prazo: Durante a vigência do TAC.**

#### 12.1. Águas superficiais-curso d água na ADA do empreendimento

Local de amostragem Coordenadas	Parâmetros	Frequência
A jusante do empreendimento 17°44'35.08"/41°30'16.40"	pH, condutividade elétrica, temperatura, DBO5, DQO, oxigênio dissolvido, sólidos dissolvidos totais, sólidos em suspensão, nitrogênio amoniacal total, fósforo total, potássio total, cálcio, magnésio, detergentes e óleos e graxas;	Semestral

**Relatórios:** Enviar **semestralmente nos meses de maio e novembro** a SUPRAM/LM, a partir da data de assinatura, os resultados das análises efetuadas.

**Método de análise:** As análises físico-químicas deverão ser realizadas por empresas independentes, de idoneidade comprovada. Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

#### 12.2. Efluentes líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de análise
Entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes sanitários.	Vazão, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), Óleos vegetais e gorduras animais, Óleos minerais e Substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes).	<u>Semestral</u>
Entrada e Saída do sistema de tratamento de efluentes oleosos (SAO)	Vazão, Demanda Química de Oxigênio (DQO), pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), Óleos vegetais e gorduras animais, Óleos minerais e Substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes).	

**Relatórios:** Enviar **semestralmente nos meses de maio e novembro** a SUPRAM/LM, a partir da data da assinatura, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios cadastrados conforme DN nº 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises. Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

**Método de análise:** As análises físico-químicas deverão ser realizadas por empresas independentes, de idoneidade comprovada. Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

#### 12.3. Resíduos sólidos e rejeitos

##### 12.3.1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente, todo mês de maio e novembro**, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM n. 232/2019.

**Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.**

### 12.3.2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, **todo mês de maio e novembro**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

**Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.**

Resíduo				Transportador		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO total do semestre (tonelada/semestre)			Obs.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(\*) 1 - Reutilização; 2 - Reciclagem; 3 - Aterro sanitário; 4 - Aterro industrial; 5 - Incineração; 6 - Coprocessamento; 7 - Aplicação no solo; 8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada); 9 - Outras (especificar).

### Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM/LM, face ao desempenho apresentado;

A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Incumbe à COMPROMISSÁRIA apresentar relatórios e projetos que comprovem a execução do que foi condicionado e nos prazos estabelecidos nos itens 1 a 12 desta CLÁUSULA SEGUNDA, devidamente acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e correspondente Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, se cabíveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A COMPROMISSÁRIA deverá comunicar à COMPROMITENTE, 30 (trinta) dias antes do vencimento de qualquer prazo, a impossibilidade de cumprimento de obrigações assumidas, apresentando requerimento de alteração de prazo ou de conteúdo, instruído com justificativa devidamente comprovada, informando nova data, se for o caso, para execução, sob pena de ser constituída em mora.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As alterações de conteúdo aceitas pela COMPROMITENTE se efetivarão após a emissão de Nota Técnica sucinta e Ofício de informação à compromissária.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As alterações de prazo aceitas pela COMPROMITENTE serão comunicadas à COMPROMISSÁRIA mediante ofício.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os relatórios, documentos e demais comprovantes de cumprimento das obrigações contempladas nesta TAC deverão ser protocolizadas no processo administrativo SEI n.1370.01.0044868/2022-70.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da COMPROMITENTE ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face à COMPROMISSÁRIA, nem limita ou impede o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso julgue necessário, a COMPROMITENTE realizará vistorias na área do empreendimento objeto deste Termo, objetivando verificar o cumprimento das condições e medidas ajustadas na CLÁUSULA SEGUNDA.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará na rescisão do presente TAC e sujeitará a COMPROMISSÁRIA, ressalvados os casos previstos na **CLÁUSULA SEXTA**, ao que segue:

1. Suspensão total e imediata das atividades;
2. Multa de R\$10.733,18 (dez mil, setecentos e trinta e três reais e dezoito centavos) **por obrigação descumprida** (CLÁUSULA SEGUNDA);
3. Adoção imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, o [Decreto Estadual 47.383/2018](#);
4. Encaminhamento imediato de cópia do processo administrativo que contém o TAC à Advocacia Geral do Estado para execução.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA EFICÁCIA DO INSTRUMENTO**

O presente instrumento produz efeitos a partir de sua celebração, tendo eficácia e produzindo efeitos de título executivo extrajudicial a partir da sua publicação, consoante o disposto no § 6º, do artigo 5º, da [Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985](#), e no inciso II, do artigo 784, da [Lei Federal 13.105, de 16 de março de 2015](#) (Código de Processo Civil).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Este termo é celebrado no uso do dever-poder discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo outros que ensejem nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado, com comunicação à COMPROMISSÁRIA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXCLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO**

A eventual inobservância pela COMPROMISSÁRIA de quaisquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393, do [Código Civil Brasileiro](#), não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à Supram LM, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), mediante ofício encaminhado à COMPROMISSÁRIA.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O encerramento definitivo das atividades da compromissária, por si só, não autoriza o inadimplemento das medidas ajustadas no presente termo, devendo ser analisado pela COMPROMITENTE o cumprimento das medidas acordadas para equacionamento do passivo ambiental gerado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO**

A assinatura do presente TAC obriga o cumprimento, em todos os termos e condições, à COMPROMISSÁRIA e seus eventuais sucessores, a qualquer título, responsáveis pelo empreendimento ou atividade.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO SIGNATÁRIO**

O gestor signatário do instrumento é responsável por sua conformidade com a legislação, sendo que, caso se verifique irregularidades, o TAC poderá ser declarado nulo, com responsabilização do agente envolvido.

#### **CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente instrumento será de doze meses, com a possibilidade de prorrogação justificada por igual período.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O requerimento para prorrogação do TAC deverá ser protocolado até 30 (trinta) dias antes do seu vencimento e não importa na sua aprovação automática. A prorrogação do TAC só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes, permanecendo válido até manifestação do COMPROMITENTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A concessão da Licença de Operação Corretiva torna sem efeitos as obrigações ainda vigentes constantes da CLÁUSULA SEGUNDA deste TAC, desde que contempladas no processo de regularização ambiental.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Teófilo Otoni /MG para dirimir as questões decorrentes do presente TAC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem devidamente acordadas, firmam o presente, passando todos os documentos referidos no presente termo, inclusive os atos constitutivos pertinentes, a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos nele estivessem.

Pela **COMPROMITENTE**:

**Fabício de Souza Ribeiro**  
**Superintendente Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro**

Pela **COMPROMISSÁRIA**:

**Raphael de Souza Matos (procurador)**  
**Coimbra Extração de Rocha Eireli**



Documento assinado eletronicamente por **Raphael de Sousa Matos, Usuário Externo**, em 22/11/2022, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício de Souza Ribeiro, Superintendente**, em 22/11/2022, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **56525736** e o código CRC **4570B83D**.